

Por que o pessimismo?

Num momento de tantas tensões e aflições como o que estamos vivendo, produzidas pelo espetáculo de amoralismo explícito de grande parte dos “representantes do povo”, proporcionado pela CPI do Orçamento, e pela sensação mais do que justificada de que desde a deposição de Collor por crime de corrupção estamos sob um governo acéfalo, com um presidente também explicitamente omissivo, a imensa maioria dos brasileiros não tem a serenidade necessária para avaliar com objetividade a realidade nacional e as perspectivas para o futuro.

O Brasil tem apresentado, ao longo destes últimos 12 anos, ou desde o início da chamada **década perdida**, uma peculiaridade que nos anima a não considerá-la tão perdida assim: sua economia — ou o setor privado de sua economia — não só tem sobrevivido a uma superinflação sempre crescente, que vai “fechar” este ano na vertiginosa “altitude” de 2.500% — com a anualização da inflação atual de 37% ao mês estaríamos em 3.800% —, que em qualquer outro país do mundo já teria mergulhado a economia na mais completa desordem, como se tem modernizado, aumentando sua produtividade e sua capacidade de competir.

Quer dizer, nossa economia tem apresentado essa performance excepcional, sem governo e sem moeda, o que autoriza a certeza de que, no dia em que tivermos uma moeda estável e um governo capaz de governar o Estado, o Brasil terá um novo surto de desenvolvimento que fará o mundo esquecer os diversos “milagres” econômicos de países asiáticos.

Acrescente-se a isso que, ao contrário do que aconteceu em outros países da América Latina que superaram recentemente crises semelhantes à nossa, nosso esforço para sair da crise vem sendo realizado por meio dos difíceis meandros da negociação e da persuasão democráticas, e não imposto por atos ditatoriais ou autoritários, e são cada vez maiores as possibilidades de esse esforço resultar em êxito.

Apesar de tudo isso, neste momento em que a economia confirma o seu dinamismo com um crescimento de 4,5% do PIB este ano, é a convicção de que “o Brasil não tem jeito” que predomina na sociedade e se traduz nas análises circunspectas da imprensa falada e escrita.

Temos acompanhado as avaliações que se produzem todos os dias sobre a viabilidade técnica ou sobre a dose de apoio político ao plano de estabilização da economia do ministro Fernando Henrique, nas quais o ceticismo é a nota predominante. Mas continuamos cada vez mais convencidos de que essa travessia pode ser muito mais fácil do que o próprio ministro admite em público. Ele pintou um quadro em cores excessivamente negras, para reduzir resistências na mesa de negociações: se, como já dissemos aqui, ele dispõe de receitas adicionais (não incluídas na nova proposta orçamentária) da ordem de US\$ 18 bilhões — há quem afirme que é bem mais —, é claro

que se torna muito mais fácil “ceder” a algumas reivindicações políticas para ampliar a margem de apoio. E o fato é que esse apoio já é quase unânime quanto ao objetivo principal — o **déficit zero**. As divergências giram em torno de como chegar lá e como repartir os sacrifícios.

Quanto aos “sacrifícios” exigidos dos Poderes Legislativo e Judiciário, já houve acordo no fim da semana passada, depois de generosas concessões do ministro da Fazenda, que em nada prejudicam, afinal, a conquista do objetivo de zerar o déficit. Quanto ao outro “sacrifício” representado pelo proposto “contingenciamento” de 15% das transferências para Estados e municípios para a constituição do Fundo Social, basta lembrar que se trata de meros US\$ 2,7 bilhões, para, contemplando as receitas não computadas mencionadas acima, se concluir que o ministro também pode deixar de exigi-lo sem prejuízo maior para o seu plano.

Aliás, no fim da semana passada o ministro Fernando Henrique já não escondia seu otimismo em relação à possibilidade de poder desencadear muito mais cedo do que esperava a segunda fase do plano: a fase da **paulada** na inflação inercial, mediante a introdução do indexador único, a URV (Unidade Real de Valor) destinada a, aos poucos, se transformar na nova moeda.

Quanto às possibilidades de êxito pleno desta fase “heterodoxa”, ao contrário de muitos economistas, não acreditamos que dependam muito das “qualidades técnicas” do mecanismo proposto.

Por maiores ou menores que sejam essas “qualidades”, o que vai decidir realmente o resultado do plano é a expectativa da sociedade diante dele.

Os poucos meses de sucesso estrondoso do Plano Cruzado, quando a economia explodiu e os preços se estabilizaram, são uma prova da importância do fator psicológico. Naquela ocasião, num equívoco absolutamente inocente, toda a população acreditou que um plano, sem qualquer possibilidade de dar certo, ia dar certo. E, enquanto acreditou, ele deu, realmente, certo. Descoberto o engodo, a situação se inverteu tragicamente da noite para o dia.

Agora nenhum economista nega que a primeira fase do plano, a da zeragem do déficit orçamentário, é absolutamente correta.

Há divergências sobre as possibilidades de a URV ser facilmente absorvida como a nova moeda. Mas, insistimos, essas possibilidades não dependerão tanto de razões técnicas quanto das expectativas da sociedade. Se ela acreditar que vai dar certo — e tudo indica que acreditará, porque está **louca** para poder acreditar —, então estaremos a um passo da vitória final contra a inflação.

A consolidação dessa vitória vai depender do que o governo conseguir na revisão constitucional.

Por que, então, insistir no negativismo pessimista?